

Estado Novo: ditadura civil-militar.

"Estado Novo": civil-military dictatorship.

ADRIANA IOP BELLINTANI*

Universidade Federal de Roraima, Brasil
adrianaiopb@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho trata da ditadura imposta por Getúlio Vargas, presidente brasileiro desde a revolução de 1930, que com o auxílio dos militares instalou o Estado Novo (1937-1945). O período de 1930 a 1937 é bastante conturbado, havendo contado com greves operárias, a revolução de 1932, o levante de 1935, bem como com inúmeras manifestações populares e debates ideológicos. O Estado Novo, instalado em 1937, freia o liberalismo político, com a adoção de um modelo autoritário, nacionalista e centralizador, que utiliza a propaganda cultural com fins políticos. Ao analisar o período em questão, considerando a Segunda Guerra Mundial, se estudará a ação dos militares e seus interesses na deflagração do golpe junto com Getúlio Vargas, bem como os novos rumos do país durante esta ditadura.

Palabras clave: ditadura, Estado Novo, militar, autoritarismo

ABSTRACT

This work deals with the dictatorship imposed by Getúlio Vargas, Brazilian president since the revolution of 1930, who with the help of the military installed the Estado Novo (1937-1945). The period from 1930 to 1937 is quite troubled, having counted on workers' strikes, the revolution of 1932, the uprising of 1935, as well as with numerous popular demonstrations and ideological debates. The New State, installed in 1937, restrained political liberalism, with the adoption of an authoritarian, nationalist and centralizing model that uses cultural propaganda for political purposes. In analyzing the period in question, considering World War II, we will study the action of the military and its interests in the outbreak of the coup along with Getúlio Vargas, as well as the new directions of the country during this dictatorship.

Keywords: dictatorship, New State, military, authoritarian.

Recibido: 18/05/2017 Aceptado: 23/09/2017

* Doutora pela Universidade de Brasília (UnB) e Pós-Doutora pela UnB. Mestre e História Ibero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Desde a Proclamação da República brasileira em 1889 o país esteve dominado pelos interesses oligárquicos. A dominação dos coronéis, o voto a cabresto e a preponderância da elite marcaram o período da Primeira República. A revolução de 1930 representa um marco divisor na história brasileira ao retirar aos poucos o poder regional dos coronéis e centralizar todas decisões no governo federal, principalmente após 1937. De acordo com Azevedo Amaral, no Estado Novo, não há poder civil, porque o regime envolve o conceito de militarização do Estado e não há poder militar, porque o Exército está integrado à nação. Afirma então: “urge formar a mentalidade capaz de pensar militarmente (...) enraizar na consciência das novas gerações a convicção de que o Brasil só poderá sobreviver como nação independente, se os brasileiros estiverem preparados (...) para enfrentar a guerra, quando ela se tornar inevitável.” (Amaral, 1940: 30)

Na intenção de formar uma nova mentalidade de cunho nacionalista, a política cultural movida por Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, defende o regime estadonovista e se torna meio de manipulação. Como enfatiza Carvalho: “a falta de participação política foi compensada por intensa atividade na área cultural. A cultura passou a substituir a representação política no papel de ligar a política ao povo”. (Carvalho, 2005: 258)

A propaganda da imprensa legitima o governo, influenciando a opinião pública, pois divulga a ideologia do governo e censura o que é contrário a ela. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), é responsável pela publicação da revista *Cultura Política*, de cunho nacionalista e conservador. A *cultura política* é um dos caminhos que o regime encontra para submeter a sociedade ao político.

O regionalismo que outrora dominou o cenário da política nacional deixa de existir; Vargas acaba com seu último sopro, quando o governador Flores da Cunha se exila no Uruguai. Flores da Cunha, desde 1934, luta para manter a independência do estado gaúcho, o Rio Grande do Sul, negando prestação de contas ao governo federal. Ele é o último e maior entrave à consolidação do Estado Novo. Segundo Góes Monteiro:

Com a leviandade típica do caudilho, que arrisca tudo nos azares de um último golpe, embora determine a sua realização uma catástrofe de consequências imprevisíveis, procurava o ex-governador levar os efeitos de suas maquinações aos estados vizinhos, animando, assim, as mais temíveis tentativas de caráter comunista, que não perdem o ensejo fornecido pelas discórdias e incompatibilidades regionais, para dissociar as forças armadas fomentando discórdias, rivalidades, desconfianças e divisões entre seus elementos constituídos. (EME: 1937)

Flores da Cunha, antes aliado de Vargas, torna-se eu maior pesadelo por não aceitar a falta de autonomia regional. Os estados federados eram independentes para solicitar empréstimos no exterior e realizar importações dos mais diversos artigos, inclusive armas. Vargas tinha ciência do perigo que os estados representavam para um governo centralizador, e então, retirou aos poucos a autonomia dos estados e impôs um modelo nacionalista.

O ano de 1937 começa no Brasil com a efervescente questão da sucessão presidencial, a ocorrer em 1938: Vargas está impedido constitucionalmente de ser reeleito. Os dois prováveis candidatos são Armando Salles de Oliveira, governador do Estado de São Paulo, e Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores. Entre os militares, Góes Monteiro substitui o gen. Paes de Andrade na chefia do EME, cargo esse que deveria ser ocupado pelo gen. Waldomiro Lima, mas cuja destinação sofre modificações, devido aos desacertos entre ele e Góes.

Devido à ameaça da expansão comunista, o governo Vargas toma uma série de medidas, tal como uma nova proclamação de estado de guerra em 23 de outubro de 1937. Em 11 de novembro, Vargas dissolve o senado, a câmara de deputados, as assembleias legislativas estaduais e os conselhos municipais e outorga uma nova constituição.

Vargas usa o pretexto do perigo comunista para atingir seus objetivos e forçar a retirada do país dos elementos que representavam um perigo ao novo governo que se anunciava. É a imposição do Estado Novo, cujas características são: a representação de classe, o incentivo à indústria de base e às estradas de ferro, o cuidado com a segurança interna, segurança nacional e fortalecimento das forças armadas. A centralização política, iniciada com o Estado Novo, leva as forças armadas a intervirem na política, e a cúpula militar apóia Getúlio. Góes varre a política do meio militar, proíbe os militares de votarem e de concorrerem a cargos públicos, mas, em contrapartida, eleva a participação política da instituição na esfera governamental.

A imprensa francesa noticia o Estado Novo como um golpe que se propaga na mais absoluta calma. O jornal *L'Oeuvre* faz o seguinte comentário: “a nova constituição é corporativa. O exército federal e os “camisas verdes” estão a serviço do Presidente Vargas”. (Jornal *L'Oeuvre*, 1937).

Estado Novo e a Doutrina militar Francesa

O Estado Novo é considerado pela alta cúpula militar como um meio encontrado para se realizarem no Exército as mudanças necessárias, tais como o afastamento da política de dentro das casernas e a extinção do regionalismo e caudilhismo, que não incorporam em seu seio os valores patrióticos e não têm o Brasil como primeira preocupação. O Exército, segundo a doutrina francesa, tem o papel do grande mudo. A esse respeito, afirma Góes sobre o exército francês: “o patriotismo silencioso do Exército sabe falar, e mais do que falar, agir no momento de se jogarem as cartadas definitivas da pátria”. (Monteiro, 1938)

O Exército, sob influência da doutrina militar francesa, busca eliminar de seu meio o germe da discórdia e da insubordinação que quase põe fim à instituição. Como ressalta Góes:

As forças armadas chegaram quase ao último grau de dismantelamento tanto moral como material. E desde que elas não possam repor-se do estado lamentável a que foram atiradas por obra da incompreensão dos homens e da política que adquiriu os destinos do país, e desde que essa política não mude e continue a envolvê-la, em detrimento delas, caminharão fatalmente para a ruína completa. (Monteiro, 1938).

A mudança política defendida por Góes é o Estado Novo, uma ditadura capaz de impedir levantes de toda e qualquer espécie, na qual o alto comando militar passa a deter maior controle sobre os oficiais e a tropa em geral, impedindo, dessa forma, rebeliões internas e separando definitivamente a política dos quartéis. O nacional está acima de qualquer questão, devendo os militares sacrificarem-se para evitar qualquer desrespeito contra a pátria e esquivar-se de participar de lutas facciosas, que, segundo Góes: “só conduzem à desmoralização e à indisciplina das classes armadas”. (Monteiro, 1938)

O armamentismo estadualista trabalha, na visão de Góes, para o enfraquecimento do Exército, da pátria e do nacionalismo. Os representantes estaduais

fazem acreditar que o Exército não tem serventia e que as forças estaduais são as únicas capazes de oferecer segurança. Contra essas idéias regionalistas, argumenta Góes:

O exército é constituído para manter as instituições do estado, garantir a existência da nação, submisso ao governo, às leis, autoridades legitimamente constituídas, não violentar qualquer poder público ou à sociedade em geral. Mas, ele em qualquer circunstância terá de ser respeitado, pois à desmoralização será preferível dissolvê-lo. (Monteiro, 1938)

O governo federal lança um movimento centralizador contra o caudilhismo, o coronelismo e o separatismo. O Estado Novo é a solução encontrada para resolver o problema brasileiro da supremacia da mentalidade regionalista, pois as medidas referentes à proibição de os estados de se equiparem e de importarem do exterior armamentos de guerra não é até então obedecida. O comércio de armamentos de guerra no mundo é muito forte, e os estados acabam por comprar armas pesadas clandestinamente. Sobre essa questão, manifesta-se cel. Leitão de Carvalho: “O problema da reorganização militar do país não comporta solução intermediária: só deve haver um exército, o Exército Nacional. As policcias militarizadas precisam desaparecer como forças armadas constituídas pelos estados e a serviço exclusivo deles”. (Leitão de Carvalho, 1934)

O Estado Novo é o regime que propicia essa mudança; em sua constituição, extingue as brigadas estaduais e elege o Exército e a Marinha como as únicas forças a serviço da nação. Como elucida Leitão de Carvalho: “O Exército moderno repousa em bases políticas firmes, para ser o instrumento de força da nação e dispor de órgãos técnicos capazes de enquadrá-la, na eventualidade da mobilização”. (Leitão de Carvalho, 1934)

Nessa concepção de política forte, exército forte, o militar passa a ser visto como tal dentro e fora dos quartéis: a opinião pública deve ser-lhe favorável, admirá-lo, pois é daí que advém o seu prestígio. Somente assim se pode obter um maior número de jovens para recrutamento. Segundo cálculos dos norte-americanos, a relação entre efetivo e a população deve ser, em média: “4,3 soldados por mil habitantes. (...) com referência ao Brasil, baseando-se nos dados oficiais (...) é de 1,2 soldados por mil habitantes (...). Levando-se em conta o efetivo das policcias militarizadas, o número de soldados por mil habitantes é apenas 2,0”. (Leitão de Carvalho, 1934).

Resistência no meio militar

Apesar do empenho de alguns membros da alta cúpula militar em deflagrar o fim das liberdades constitucionais, um grupo de militares posiciona-se contrário a essa medida. A Comissão Militar Pró Frente Popular publica um manifesto em defesa da democracia, afirmando que o dever das forças armadas é a defesa da constituição e, não, a sua violação. Para esse pequeno grupo, Vargas deseja ser um ditador, mesmo sem contar com o apoio político, como o fizera em 1930. Denunciam querer Getúlio: “com o apoio dos “camisas verdes” de Plínio Salgado, a que tanto exalta, preparando-se para de novo, com o manto de chumbo do Estado de Guerra, esmagar as liberdades públicas”. (Manifesto da Comissão Militar Pró Frente Democrática, 1937).

Essa comissão militar acredita que a responsabilidade pela situação que conduz alguns militares e políticos de direita a pretender um golpe de estado cabe aos integralistas e fascistas, dirigidos por agentes do III Reich. Segundo ela: “é

preciso não esquecer o depoimento insuspeito do deputado Camillo Mercio, denunciando da tribuna da Câmara, a remessa clandestina de 27.000 fuzis que Hitler fez ao Brasil”. (Manifesto da Comissão Militar Pró Frente Democrática, 1937).

As vésperas da Segunda Guerra o Brasil apresenta muitos simpatizantes nazi-fascistas, e embora Vargas tenha mantido um governo ditatorial e restringido as liberdades individuais, na política externa defende ideais democráticos e lutou na guerra ao lado dos americanos. O alinhamento político do Brasil com os Estados Unidos ocorre aos poucos, em virtude dos interesses em comum, no campo político, econômico e militar.

A restrição das liberdades e imposição da nova ordem ocorre a partir de regulamentos e decretos. O decreto n. 2.429, 4.03.1938, aprova o regulamento disciplinar do Exército. Seu art. 1 estabelece que: “a hierarquia é a base da instituição, e é tão nobre obedecer quanto comandar. A disciplina da tropa é o reflexo da ação de seu chefe”. (Decreto n. 2.429, 1938). Para se atingir a disciplina, é preciso corrigir as atitudes, cumprir as ordens, observar os regulamentos, servir bem ao exército e à nação e colaborar espontaneamente na disciplina coletiva.

Já o art. 4 reza que: “as ordens devem ser cumpridas sem hesitação, por isso que a autoridade de quem elas emanam assume a inteira responsabilidade de sua execução e de suas conseqüências”. (Decreto n. 2.429, 1938).

Considerando transgressão militar toda violação do dever militar, o art. 13 define como crime: faltar com a verdade, utilizar-se de anonimato para prejudicar outrem, concorrer para discórdia e desarmonia entre camaradas, freqüentar ou fazer parte de sindicatos ou associações, não punir um transgressor da disciplina, não levar alguma falta ao conhecimento das autoridades competentes, não cumprir com suas obrigações, deixar de dar qualquer tipo de informação, apresentar documentos sem fundamentos, retardar qualquer ordem, não cumprir ordem recebida, simular doença, chegar atrasado, abandonar serviço, contrair dívidas, tomar parte em jogos proibidos, conversar ou entender-se com preso incomunicável, casar-se sem comunicar ao comandante, desrespeitar superior, dar conhecimento das ocorrências no serviço militar, embriagar-se, fazer propaganda política ou eleitoral, publicar documentos que levem ao desprestígio militar, comparecer fardado à manifestações políticas, entre outras.

A penalidade para militares que infringissem essas normas poderia ser de até 30 dias de detenção. O ponto de partida é a repreensão verbal; na seqüência, a repreensão escrita publicada em boletim, e, em último caso, a detenção ou até mesmo a exclusão da força.

União entre o Estado e o Exército

O Estado Novo traz mudanças de cunho político e social para o Brasil e o Exército, que sofrem transformações com sua implantação. Segundo Dutra: “a transformação que o Estado Novo imprimiu as forças de terra não se manifesta apenas em seu equipamento, em seu aparelho, porque atingiu o seu próprio espírito”. (Dutra, 1941: 203) Dutra acredita que as rivalidades regionais e a desorganização administrativa vivida pelo Brasil contribuem para dividir o Exército, mas que, com a instituição do novo regime, a força de terra assume uma postura profissional e unificada.

As forças armadas recebem muitos incentivos do governo, tais como a reforma de quadros, a ampliação do efetivo, a instalação de indústrias bélicas e de bases navais, o equipamento da frota da marinha e a fundação de escolas técnicas. A política partidária é extinta dos quartéis, pois, no pensamento de seus represen-

tantes, ela mina as casernas, e o Exército deixa de cumprir a sua missão.

Em 1930, Vargas usa os militares para contrabalançar a influência das oligarquias regionais. Segundo Carvalho: “o auge do entendimento, a lua de mel se deu durante o Estado Novo (1937-1945), quando houve quase total coincidência dos interesses do presidente e da corporação militar”. (Carvalho,1999:55) A centralização, decorrente do Estado Novo, é ideologicamente complementada pela doutrina militar do Exército, o que permite uma lua de mel entre ambos.

O modelo implantado por Góes no Exército é denominado de “intervencionismo tutelar” por Carvalho, que pontua os elementos que o constituem: “primeiro, uma visão do Estado como fato preponderante na vida política; segundo, a necessidade de formulação e implementação, pelo Estado, de uma política nacional; terceiro, a necessidade de elites bem treinadas e capazes para dirigir o estado”. (Carvalho,1999:62)

Como o exército é um forte aliado, Vargas investe nessa aliança, pois um governo forte é um governo soberano. O Superior Tribunal Militar aumenta o número de condenações com vistas a retirar os elementos rebeldes do efetivo. Vargas aproxima a elite do país das fileiras militares, através dos cursos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR). Conforme Carvalho:

O velho exército em que os soldados provinham do proletariado urbano e rural (...) foi transformado em uma nova organização, em que o contingente, agora recrutado em todas as classes, ou quase todas, era renovado anualmente, devolvendo-se à sociedade indivíduos não só treinados militarmente como imbuídos de valores militares, tradicionalmente alheios à cultura brasileira, tanto popular como de elite. Indivíduos disciplinados no corpo e na mente. (Carvalho,1999:62)

O Exército, em 1937, une-se ao estado, o que, na perspectiva de Raymond Aron, representa o enlace do político com o militar, dois sistemas diferentes, mas estreitamente co-relacionados. Como insiste Carvalho: “agora, a ideologia do intervencionismo tutelar apresentava o exército como parte do estado e como instrumento de sua política”. (Carvalho,2005:69) Essa afirmação de Carvalho remete diretamente aos planos ditatoriais de Vargas, mas o que ocorre no país nesse momento, apesar de ser oriundo de tais manobras, tem amplitude maior.

O ano de 1937, apesar de, politicamente, o país viver sob repressão, com a extinção das liberdades, representa um marco na vida militar, pois o poder militar emerge no Brasil junto com o poder político, não como parte do estado, mas como sendo o estado. A administração é feita por civis, lado a lado com os homens de farda, e a instituição militar está coesa e de acordo com Vargas. Não se trata de mero instrumento de sua política, mas de um aliado político. Segundo análise de Carr:

O poder militar sendo um elemento essencial na vida do estado, torna-se um só instrumento, mas com um fim em si mesmo. (...) Lutam-se as guerras mais sérias para tornar o próprio país militarmente mais forte ou, com mais frequência, para evitar que o outro país se torne militarmente mais forte, de modo que se encontra muita justificativa para o epigrama de que “a principal causa da guerra é a própria guerra”. (Carr, 1981:112).

O poder está inserido no estado e advém da união do poder militar, político e econômico. Como explica Carr, um não existe sem o outro: “os três elementos essenciais ao poder político são: armas, homens e capital”. (Carr, 1981:128). Al-

guns historiadores chamam esse processo de intervenção controladora: o exército se abstém da política e a intervenção militar é feita pela cúpula da instituição. Isso nada mais é que um exército moderno, agindo num estado moderno, ou seja, as cúpulas política e militar juntas na resolução dos problemas nacionais.

Para a hegemonia internacional do estado, a política e o militar não podem estar desvinculados, pois deles depende a segurança nacional. Góes, quando empossado chefe do EME, em 1937, profere um discurso no qual deixa bem claro que a finalidade do Exército é a guerra e que o Brasil precisa equipar-se e preparar-se para tal fim:

Que faremos nós se houver a guerra? Em que condições iremos suportá-la? Se formos atacados simultaneamente segundo os pontos cardeais? Quais as forças que poderão nos atacar e onde elas tomarão pé na nossa extensa vulnerabilidade física? Quais os meios de que dispomos para sustentar uma guerra e repelir um ataque brusco? (...) sobre que bases iniciar nossa preparação moral, técnica e material, para nos defendermos eficazmente? Quais os elementos reais (e não fictícios) suscetível de se lançar na balança, em busca de vitória, que é a muralha abstrata oposta à possibilidade de catástrofe nacional? (Monteiro, 1937).

As respostas dessas questões fornecem o corpo doutrinário e o plano de guerra do Exército Brasileiro. A política de guerra, nesse momento, visa constituir um exército de primeiro choque, pois se prepara para a guerra total, que mobilizaria a nação inteira, para além dos círculos militares. Segundo Góes: “O Brasil hoje, mais do que nunca, precisa ser uma potência militarmente forte, em condições de neutralizar, em qualquer terreno, as agressões de nossos inimigos internos e externos”. (EME, 1938: 205). Góes prioriza o aparelhamento material, a guerra aéreo-química, a industrialização, a formação da mentalidade militar, o domínio aéreo e o princípio de autoridade e defesa nacional.

O efetivo aumenta consideravelmente: em 1920, tem 30.000 homens; em 1930, aumenta para 50.000; e, em 1940, chega a 93.000 homens. (Vargas, 1941). De acordo com Hayes (1991), o efetivo cresce 400%. O serviço militar obrigatório passa a funcionar sem sorteio. O mundo moderno demanda um poderio econômico ao lado de um poderio militar, e a prova do quanto o Exército evolui e se fortalece está justamente na deflagração do golpe de 37.

O Exército sustenta o golpe e a instalação da política estadonovista. Coelho entende que, embora esse regime tenha civis à frente da administração, é uma ditadura militar: “eles a instauraram, impuseram quase sempre seus pontos de vista, eles a cancelaram. Quaisquer que tenham sido os interesses nacionais aduzidos, eles foram interpretados pelo prisma dos interesses do Exército”. (Coelho, 1976:111).

O Estado Novo representa uma ditadura instituída por uma parte da elite civil nacional, não podendo ser reduzido a uma ditadura militar, pois, embora tenha priorizado as necessidades do Exército e lhe atribuído importância, o regime transcende à esfera militar e desenvolve outros setores, como o agrícola e o industrial, entre outros. Como explica Fausto: “representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum era o de promover a industrialização”. (Fausto, 1996: 367).

Conforme análise de Carvalho, “com o Estado Novo desapareceu o soldado cidadão para surgir a corporação e a classe”. (Carvalho, 2005: 43). As polícias estaduais, maior entrave para a hegemonia do Exército, estão neutralizadas, e o Exército torna-se o único responsável pela segurança e ordem interna, acima de

interesses regionais e partidários. Conforme Moraes: “no final dos anos 20 e da República Velha, o exército não havia ainda atingido a autonomia decisória e a coesão corporativa que lhe permitiram, em 1937, impor à nação a ditadura estadonovista”. (Moraes, 1994:73).

A constituição de 1937 proíbe os militares de votarem e os submete a obedecerem o presidente da República: o Exército está livre da fragmentação ideológica. A sua unidade de doutrina está consolidada, o interesse geral da instituição passa a ser definido juntamente com o Estado.

O EME fica responsável pela elaboração dos fundamentos doutrinários do Exército. E o governo auxilia nessa orientação, ao planejar a política de guerra do país. O EME é um laboratório de pesquisas sobre as condições do país e do próprio Exército. “No estado maior reside a célula mater, o coração, o cérebro do exército”. (Monteiro, 1937).

A nova mentalidade militar baseada em coesão das forças e não intervenção militar na política nacional é um dos mais importantes legados dos ensinamentos franceses no Brasil. A França, antes um dos principais países a manter estreitas relações com o Brasil, perde seu espaço, pois deixa de figurar entre os grandes países no cenário internacional. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Rolland: “Paris, não participa, no entanto, das decisões dos três grandes sobre a condução das operações militares e sobre o futuro dos países vencidos”. (Rolland, 2005: 402)

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial amplia a importância do setor militar, mas em contrapartida a vitória dos países aliados no conflito inviabiliza a permanência do governo estadonovista. Em 1945 ocorre o arrefecimento do Estado Novo e o Exército Brasileiro aproxima sua doutrina militar dos ensinamentos militares norte-americanos.

Conclusão

A efervescência política brasileira dos anos vinte conduziram o Brasil a Revolução de 1930, que colocou no poder nacional um líder oligárquico, Getúlio Vargas. Vargas, sem pretensão de deixar o poder enfrentou em seu governo levante e revolução e usou de todas as artimanhas e estratégias para deflagrar o golpe do Estado Novo em 1937. Ele impediu eleições presidenciais, esvaziou o poder regional e ampliou o poder militar no país através de decretos e aumentou e equipou seu efetivo.

Referencias bibliográficas

- AMARAL, Azevedo. (1940). Estado Novo. Nação Armada, 4, março, 30.
- CARR, Edward Hallett. (1981). Vinte anos de crise: 1919-1939. Brasília: UnB.
- CARVALHO, José Murilo. (1999). Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Celina (org). As instituições brasileiras da era Vargas. Rio de Janeiro: EDUERJ, FGV.
- CARVALHO, José Murilo. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- COELHO, Edmundo Campos. (1976). Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- DUTRA, Eurico Gaspar. (1941). Anais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.
- HAYES, Robert Ames. (1991). Nação armada: a história militar brasileira. Rio de Janeiro: Bibliex.
- MORAES, João Quartim de. (1994) A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna. São Paulo: Siciliano.
- ROLLAND, Denis. (2005). A crise do modelo francês: a França e a América Latina - cultura, política e identidade. Brasília: UnB.
- VARGAS, Getúlio. (1941) A República dos Estados Unidos do Brasil e o Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio.

Documentos

- Correspondência do cel. Menerat, comandante provisório da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra. Rio de Janeiro, 8.01.1937. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3393.
- Correspondência do gen. Noel para ministro da Defesa Nacional e ministro da Guerra, Rio de Janeiro, 2.07.1937. Paris: Arquivo SHAT, dossiê 3393.
- Correspondência do ten. cel. Nalot, para ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 13.11.1937. Paris: Arquivo SHAT, 3397.
- Correspondência de Góes Monteiro para gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, Rio de Janeiro: 13.09.1938. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.
- Correspondência de gen. Góes Monteiro, ministro da Guerra, para o gen. Franco Ferreira, comandante da 3. RM, Rio de Janeiro, 7.02.1934. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.
- Correspondência do cel. Leitão de Carvalho para Góes Monteiro, ministro da Guerra, Rio de Janeiro, 15.02.1934. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.
- Decreto n. 2.429, 4.03.1938. Brasília: Arquivo Biblioteca do Exército.
- Discurso de Góes Monteiro. Boletim Interno n. 125, 1937. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.
- Jornal L'Oeuvre, Paris, 12.11.1937. Paris: Arquivo MRE, dossiê 114, 172-2. Este jornal foi fundado por Gustave Téry em Paris em 13.05.1904. [http://fr.wikipedia.org/wiki/L'%C5%92uvre_\(journal\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/L'%C5%92uvre_(journal)).
- Manifesto da Comissão Militar Pró Frente Democrática, Rio de Janeiro, ago.1937. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 053-97.
- Relatório do Estado Maior do Exército, 1938. p. 205. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.
- Relatório do EME, 1937. p. 202. Brasília: Arquivo Centro de Documentação do Exército.

